

## TJ-SP libera R\$ 12,2 bi em precatórios em 2022, 52% a mais que 2021

A Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos (Depre) do Tribunal de Justiça de São Paulo disponibilizou mais de R\$ 12,2 bilhões de reais para pagamentos de precatórios em 2022. A quantia é 52% maior quando comparada a 2021 (R\$ 8 bilhões).

TJ-SP



TJ-SP Prioridade máxima: TJ de São Paulo libera mais de R\$ 12 bilhões em precatórios em 2022

Do total liberado no ano, R\$ 6,2 bilhões foram para credores da Fazenda do Estado, R\$ 3,5 bilhões para pagamentos da Prefeitura de São Paulo e R\$ 2,4 bilhões para as demais entidades devedoras.

O TJ-SP é responsável por organizar as filas de precatórios devidos pelas entidades do estado sob sua jurisdição: ao todo são 949. Cada entidade deposita os valores em uma conta e a Depre gerencia as filas e libera os pagamentos.

Na maioria dos casos, a quantia é repassada para uma conta do juízo de execução (que é a vara de origem) ou, na capital, para a Unidade de Processamento de Execução Contra a Fazenda (Upefaz), que expedem os mandados de levantamento para pagamento ao credor, documento que viabiliza o saque.

O TJ-SP vem trabalhando para que os pagamentos sejam feitos diretamente pela Depre, sem a necessidade de repasse dos valores para as varas de origem ou para a Upefaz. Isso já acontece nos casos de acordos firmados por credores com a Fazenda do Estado e a prefeitura e todos os pagamentos de alguns municípios.

"Trabalhamos ao longo de 2022 em uma série de medidas para viabilizar o repasse direto pela Depre e vamos continuar nossos esforços para ampliar esses pagamentos. O objetivo é fazer com que o dinheiro chegue mais rápido nas mãos dos credores. Os números mostram que estamos avançando", afirma o desembargador Afonso de Barros Faro Júnior, coordenador da Depre.

### Mandados de levantamento



---

Na capital, a Upefaz é responsável por expedir os mandados de levantamento de precatórios da Fazenda Estadual e Prefeitura de São Paulo, com exceção dos acordos, pagos pela Depre. Depois que a Upefaz recebe o dinheiro, faz a verificação de eventuais impugnações de valores, habilitações de herdeiros, cessões de crédito, etc.

Se há necessidade de juntada de documentos, os valores ficam retidos até regularização por parte do advogado ou da parte. Quando não há pendências, o mandado de levantamento é expedido e a quantia pode ser sacada. Em 2022, a Upefaz expediu 29.899 mandados de levantamento, que somam a quantia de R\$ 4,9 bilhões. A quantidade de mandados expedidos aumentou 35% em comparação a 2021.

Em março de 2022, o tribunal lançou a campanha Precatórios: Prioridade Máxima TJ-SP, que busca manter a população informada sobre o tema. Notícias periódicas, com transparência, linguagem simples e descomplicada, para que todos possam compreender as etapas processuais e o trabalho realizado pela Justiça paulista. *Com informações da assessoria de imprensa do TJ-SP.*

**Autores:** Redação Conjur